Prefeitura Municipal de Itapuí LBO OMOD OGAVORGA DELIBERAÇÃO

> PROJETO DE LEI N°. 32 DE 18 DE MAIO DE 2011

REVOGA DISPOSITIVOS LEI N°. 2.410 DE 05 DE MAIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPUÍ, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1°. - Ficam revogados os artigos 4°, 5° e parágrafo único e inciso I do artigo 9° da Lei 2.410 de 05 de maio de 2011.

Artigo 2º. - A instalação de antenas de telefonia celular com estrutura em torre ou similar, responsáveis por emissões de radiações eletromagnéticas não ionizantes, instalada<mark>s ou no Município de Itapuí, ficam sujeitas às</mark> condições e requisitos estabelecidos nesta Lei, sem prejuízo de outros porventura existentes na Lei 2.410.

Artigo 3° - A instalação de antenas de telefonia celular com estrutura em torre ou similar somente será autorizada em áreas públicas, definidas e aprovadas pelo Poder Executivo Municipal.

observado para a realização da legais e as cessão do imóvel público os trâmites relação inclusive exigências necessárias empresantieque ente para a sua estabelecimento de ônus à aprovação.

em vigor na data de sua Artigo 4° - Esta ei publicação.

maio de 2011. Prefeitura Municipal

> JOSE GILBERTO SAGO PREFEITO MUNICIPAL

RECEBI

Em, 20 de maig de 2

De cabriance Light.

CNPJ 46.189.726/0001-15



Prefeitura Municipal de Itapuí



LEI N°. 2.410/2011 DE 05 DE MAIO DE 2011

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE ANTENAS TRANSMISSORAS DE TELEFONIA CELULAR, NO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ GILBERTO SAGGIORO, Prefeito Municipal de Itapuí, Estado de São Paulo, usando suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Itapuí, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Artigo 1°.) - As concessionárias responsáveis pelas instalações de antenas transmissoras de telefonia celular, no território do Município, ficam sujeitas as condições estabelecias nesta Lei.

Artigo 2°.) - Estão compreendidas nas disposições desta Lei as antenas transmissoras que operam na faixa de frequência de 30 kHz (trinta quilohertz) a 3 GHz (três gigahertz) e emitem radiação não ionizante.

Artigo 3°.) - Toda instalação de antenas transmissoras devera ser feita de modo que a densidade de



Prefeitura Municipal de Itapu

potencia total, considerada a soma da radiación preexistente com a da radiação adicional emitida pela nova anteña, medida por equipamento que faça a integração de toas as freqüências na faixa prevista por esta Lei, não ultrapassa 435 uW/cm2 (quatrocentos e trinta e cinco microwatts por centímetro quadrado), em qualquer local passível de ocupação humana (organização Mundial da Saúde).

Artigo 4°.) - O ponto de emissão de radiação da antena transmissora deverá estar no mínimo, o dobro da do imóvel onde estiver altura de dist<mark>ancia d</mark>a divisa instalada.

A distan<mark>cia mín</mark>ima da base de sustentação de qualquer Atena transmissora, com relação as sempre superior a divisas dos confrontantes, devera ser metragem linear do sistema, levada em conta a soma da altura da base e da altura da própria antena, observando - se o disposto no artigo anterior.

Parágrafo Unico - Os imóveis construídos após a instalação da antena que estejam situados total parcialmente na área delimitada no "caput" serão objeto de medição radiometrica, não havendo objeção a permanência da antena se estiver sendo respeitado o limite radiação previsto no artigo 3°. As antenas já existentes deverão adequar-se as disposições desta lei no prazo de 180 dias de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Itapuí



Parágrafo Segundo - Qualquerato

o inicio de feitura da base e da execução obtenção do indispensável alvará, caracteriza infração, virtude do que a Secretaria designada no artigo 7° desta Lei força policial embargara imediatamente a obra, com necessária, interditando o local e comunicado o Ministério Publico da Comarca, para apuração de eventual delito contra de desobediência ou pratica de crime Administração Publica.

- No prazo de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei, o Poder Executivo determinara a desta Lei que realize 70 Secretaria designada no artigo instaladas levantamento especifico das antenas já território Município, elaborando laudo circunstanciado cada caso, priorizando:

a instalação, ponto de emissão radiação e base de sustentação estando ou não de acordo com as disposições dos artigos 3°.,

qualificação civil de seus responsáveis.

III - Se o imóvel é próprio ou alugado e, neste caso, qual o tempo de locação.

IV - Se o projeto foi submetido a Prefeitura e responsável, desta, identificando Órgão respectiva aprovação.

 $oldsymbol{ extsf{V}}$ - Se houve expedição de alvará municipal de localização e funcionamento.





Prefeitura Municipal de Itapuí



Parágrafo Único - Os laudos serão encaminhados ao Chefe do Executivo, a Câmara Municipal e ao Ministério Publico.

Artigo 10°) - As disposições de apresente Lei deverão ser plenamente preservadas, quando da adoção do "Plano Diretor" do Município.

Artigo 11°) - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUT, 05 DE MAIO DE 2011

Publicada no quadro de avisos do Faço Municipal, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria de Administração da Prefeitura, na data supra.

JOSÉ GILBERTO SAGGIORO Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Itapuí

Praça da Matriz, 42 - Estado de São Paulo - Cep: 17 230-000

E-mail: camaraitapui@yahoo.com.br Fone (14) 3664-1251

Site: www.camaramunicipalitapui.sp.gov.br

AUTOGRAFO Nº 047/2011 PROJETO DE LEI Nº 032/2011

> REVOGA DISPOSITIVOS ESPECIFICOS DA LEI Nº 2.410 DE 05 DE MAIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, DECRETA:

Artigo 1° - Ficam revogados os artigos 4°. 5° e parágrafo único e inciso I do artigo 9° da Lei 2.410 de 05 de maio de 2011.

Artigo 2°- A instalação de antenas de telefonia celular com estrutura em torre ou similar, responsáveis por emissões de radiações eletromagnéticas não ionizantes, instaladas ou no Município de Itapuí, ficam sujeitas às condições e requisitos estabelecidos nesta Lei, sem prejuízo de outros porventura existentes na Lei 2.410.

Artigo 3°- A instalação de antenas de telefonia celular com estrutura em torre ou similar somente será autorizada em áreas públicas, definidas e aprovadas pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único- Deve ser observado para a realização da cessão do imóvel público os trâmites legais e as exigências necessárias inclusive em relação ao estabelecimento de ônus à empresa requerente para a sua aprovação.

Artigo 4°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Itapuí, 24 de maio de 2011.

AIRTON APARECIDO GRIMALDI Presidente

> SILENE VALINI Secretária